

ANSR PROMOVE CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SAFE & SOBER:

A LUTA CONTRA A CONDUÇÃO SOB O EFEITO DO ÁLCOOL E O CONTRIBUTO DOS ALCOHOL INTERLOCKS

A conferência internacional Safe & Sober Portugal, com o tema “A luta contra a condução sob o efeito do álcool e o contributo dos alcohol interlocks”, decorreu no dia 3 de abril, na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, e reuniu várias dezenas de especialistas nacionais e internacio-

nais nesta matéria. Dependências marcou presença no evento e registou depoimentos de Rui Ribeiro, Presidente da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, Patrícia Gaspar, Secretária de Estado da Proteção Civil e João Goulão, Diretor-Geral do SICAD.

RUI RIBEIRO, PRESIDENTE DA ANSR



Que balanço faz do decurso desta conferência?

Rui Ribeiro (RR) – De uma maneira resumida, diria que a parte da manhã foi bastante interessante. Das intervenções que ouvimos até agora foi possível perceber o que se passa relativamente à sinistralidade, consumo de álcool e posterior condução, em termos de fiscalização, na Europa e em Portugal em particular.

Por outro lado, ouvimos algo muito interessante, que foi a experiência no terreno de países que nos vieram explicar, cara a cara, o que viveram ao implementar o alcohol interlock. Onde estão os prós, os contras, as dificuldades e o que fariam ou não repetiriam se o fizessem agora. Para quem está interessado em avaliar a capacidade e potencialidade de trazer um sistema como este para Portugal, esta informação é fundamental. Temos de aprender com quem já sabe e conhecer experiências. Não gosto de fazer as coisas de outra maneira.

Da apresentação da ANSR, destacaria dois aspetos: a velocidade é talvez a “mãe” de todos os problemas, mas o consumo de álcool será o “pai”...

RR – O nosso colega sueco disse a mesma coisa: as pessoas não podem conduzir sob o efeito do álcool, mas o que não é admissível é que as consequências de um acidente sejam graves. Isto é, os efeitos de qualquer acidente são multiplicados por um fator enorme de acordo com a velocidade. Ter um acidente a 40 km/h ou a 160 km/h tem consequências diferentes. Pode ter origem no álcool, no cansaço ou no telemóvel, mas a velocidade é a primeira componente na consequência do acidente.

Tudo o que nos impeça de ter capacidades para conduzir é um problema, seja por estarmos cansados, distraídos com o telemóvel ou por não estarmos em condições de conduzir por termos consumido álcool ou substâncias psicotrópicas. Estas podem ser as origens do acidente. A seguir, as consequências, são tão mais gravosas quanto a velocidade.

Como poderemos dissuadir determinados comportamentos de risco dos condutores, mas também dos peões?

RR – Creio que, quando nos referimos ao álcool, estamos a falar de um comportamento social. O nosso objetivo não consiste em acabar com o uso do álcool, essa não é a nossa competência. O que queremos, e desejamos, é evitar que as pessoas conduzam sem estarem em condições para fazê-lo. Se não estão conscientes do que estão a fazer, não devem andar na estrada a conduzir. O álcool na condução de trotinetes é um problema, nas bicicletas o mesmo, nos peões é fatal... quando as pessoas têm responsabilidades face aos outros porque estão na estrada enquanto peões ou a conduzir, não devem estar sob o efeito de álcool.

Seria a taxa zero álcool o ideal?

RR – Foi uma questão já abordada em Portugal e teve como resultado que não ficasse como taxa zero e agora não vou novamente abordá-la.



PATRÍCIA GASPAR, SECRETÁRIA DE ESTADO DA PROTEÇÃO CIVIL



“É um gosto participar na sessão de abertura de um evento tão relevante e tão oportuno. O Governo português tem como uma das principais prioridades a segurança rodoviária e, em concreto, o que diz respeito à redução da sinistralidade rodoviária. Temos feito um longo caminho nos passados 20 anos, mas o cenário atual é que perdemos cerca de 650 vidas por ano nas nossas estradas, o que não é aceitável nem tolerável. Os acidentes rodoviários são considerados, como bem sabem, um problema de saúde pública, representando a maior causa de morte não natural do mundo e sendo ainda a principal causa de morte nos jovens com idade entre os 5 e os 29 anos. Este é também um grave problema económico e social. Sabemos que existem três causas principais que levam à sinistralidade rodoviária: o excesso de velocidade, a utilização de telemóveis e a condução sob o efeito do álcool. Entre janeiro e novembro de 2022, foram submetidos ao teste de pesquisa de álcool cerca de 1,4 milhões de condutores, o que representa um aumento de 12% comparativamente aos da-

dos de 2021. Não obstante estes aumentos estarem também relacionados com o aumento da fiscalização, não podemos ignorar a sua incidência e a principal conclusão é que temos todos, objetivamente, que inverter rapidamente estes números e é precisamente neste sentido que temos estado a trabalhar, promovendo o reforço das ações de sensibilização para o perigo de conduzir sob o efeito do álcool, através de um plano nacional de fiscalização, reforçando a cooperação com as associações que representam os principais produtores e vendedores de bebidas com álcool que estão alinhadas com os objetivos da redução da sinistralidade rodoviária, numa dimensão fundamental de cidadania e também de responsabilidade social, que tenho aqui de tentar destacar. E temo-nos associado às iniciativas promovidas por estas associações, também com o objetivo de alertar para os perigos decorrentes da condução sob o efeito do álcool. Muito em breve, apresentaremos na Assembleia da República a estratégia nacional até 2030, uma visão para a única meta que podemos considerar aceitável e que é a meta de zero vítimas nas nossas estradas. Este é um documento transversal, que se encontra alinhado com a política de segurança rodoviária da própria Comissão Europeia, que reúne contributos de toda a sociedade civil e que se constitui como uma importante orientação para os próximos anos. Criar um ambiente rodoviário seguro nas suas diferentes dimensões e, ao mesmo tempo, reduzir os números da sinistralidade devem ser objetivos de todos nós e convocar-nos para que, em conjunto, possamos objetivamente progredir com vista a um país onde a mobilidade deixa de representar um risco para as nossas vidas. A sinistralidade rodoviária é muito mais do que números, é muito mais do que uma mera estatística. É um fenómeno com um profundo impacto social que se reflete muitas vezes da forma mais dramática possível nas nossas vidas. As mortes e os feridos graves não podem ser uma consequência inevitável da utilização do sistema de mobilidade e é por este motivo que zero é objetivamente o único número aceitável de vítimas nas estradas portuguesas e é este o nosso mais profundo objetivo”.



JOÃO GOULÃO, DIRETOR-GERAL DO SICAD



“Relativamente às questões e ao desafio que me foi lançado, diria que estaria desde logo perante uma conferência complicada de preparar... Há aqui duas questões relacionadas com o uso do álcool, uma das quais tem a ver com a dependência, uma das consequências do uso, e todos estamos de acordo que é altíssima, com a negritude das cifras que foram apresentadas por vários oradores, com a necessidade de inverter a enorme complacência social que existe relativamente ao uso do álcool e nomeadamente ao álcool e condução, mas diria que estas taxas elevadas que encontramos em relação com a sinistralidade rodoviária, provavelmente, a maioria desta sinistralidade e mortes, se calhar, nem está relacionada com dependência. Serão muitas vezes situações agudas de consumo, com novos padrões de consumo do álcool a que assistimos, nomeadamente entre a juventude e que se caracterizam pelo binge, pelo uso intensivo em períodos curtos de tempo, alterando desde logo os reflexos, o estado de consciência, etc. Portanto, há aqui vários níveis de interven-

ção e, do meu ponto de vista e pelo pouco que sei do assunto, a dependência até será das situações onde a utilização destes alcohol locks é mais importante porque possibilitam a compatibilização de alguém que tem uma situação patológica com o exercício, por exemplo, de uma atividade profissional, desde que submetida a determinadas regras. Permitir que alguém que necessariamente seria referenciado para acompanhamento ou tratamento para tentar reverter a sua situação de doença não visse a sua vida completamente coartada pelo facto de ser intercetado com uma situação de abuso de álcool. Se calhar, era importante referenciá-lo para acompanhamento e tratamento e acompanhar isto com uma medida contentora, que pode ser constituída pela utilização deste utensílio, o alcohol lock. Gostaria de referir ainda que estamos completamente disponíveis, Dr. Rui Ribeiro, para participarmos nas discussões que entender promover a propósito da forma prática de introduzir este utensílio em Portugal. Por outro lado, gostava de dizer também que isto se coaduna perfeitamente com o Plano Nacional para a Redução dos CAD, que inclui medidas relacionadas com o uso nocivo do álcool, que não pretendemos diabolizar mas em relação ao qual todos vemos e partilhamos a preocupação sobre estas cifras negras que acontecem relativamente à sinistralidade. Este plano, que está pendente da aprovação, que conto que aconteça a breve trecho por parte do governo, assenta em três pilares, que me parece que assentam também como uma luva nesta temática: primeiro, empoderar, o que passa por literacia, informação e alterar esta postura de complacência a que assistimos na sociedade portuguesa; segundo, cuidar, ou seja, oferecer a estas pessoas que têm problemas relacionados com álcool a possibilidade de se tratarem e de serem acompanhadas de uma forma consequente e poderem considerar este um capítulo encerrado das suas vidas; terceiro, proteger, que passa também pela norma, pela atuação das autoridades policiais e pela ação que cada um de nós, enquanto cidadão, pode ter relativamente à alteração de mentalidades em torno desta questão”.

ANSR LEVOU A PATRULHA JÚNIOR ATÉ CABECEIRAS DE BASTO E TRANSFORMOU 250 CRIANÇAS EM NOVOS AGENTES

A peça de teatro “Patrulha Júnior”, promovida pela Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR), juntou hoje mais de 250 crianças dos 3º e 4º anos do Agrupamento de Escolas de Cabeceiras de Basto.

Esta iniciativa tem como objetivo sensibilizar os mais novos para a segurança rodoviária e para a prevenção de comportamentos de risco na estrada, tais como os do manuseamento do telemóvel durante a condução.

No final da peça de teatro, cada criança recebeu o Manual do Bom Agente, tendo agora como missão, enquanto novos agentes da Patrulha, transmitir aos seus pais o conhecimento adquirido.

O evento contou com a presença do Ministro da Administração Interna, José Luís Carneiro, da Secretária de Estado da Proteção Civil, Patrícia Gaspar, do presidente e vice-presidente da ANSR, Rui Ribeiro e Ana Tomaz, respetivamente, do comandante-geral da GNR, Tenente-General José Santos Correia e do presidente da Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto, Francisco Alves, entre outros.

No final da peça, o Ministro da Administração Interna referiu que em 2022 morreram mais 400 pessoas nas estradas e que mais de 2400 ficaram feridas, relembrando que o excesso de velocidade, a condução sob o efeito de álcool e uso de telemóvel durante a condução são as três causas principais da sinistralidade rodoviária.

Esta é uma iniciativa da ANSR inserida nas ações de sensibilização junto das escolas, que desempenham um papel determinante para a promoção das regras e dos comportamentos rodoviários desejáveis nos mais jovens.

